

ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito para falar é o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGETNO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, os presentes nesta tarde de terça-feira, estamos na penúltima semana legislativa da atual 17ª Legislatura, e sinto a necessidade de começar a me despedir desta tribuna, aliás, terei saudades desta tribuna.

Embora seja conhecido como um dos deputados mais falantes ou o que mais faz uso da tribuna, sinto e tenho a sensação de que falei pouco ou de que precisaria ter falado muito mais, ou pelo

menos ter falado com mais precisão e com mais profundidade alguns assuntos que tivemos a oportunidade de trazer para cá.

Antes da despedida, no entanto, percebo que deixei algumas pendências nas últimas semanas em termos de uso desta tribuna. E quero retomar o tema que falava, na semana do dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, que marca o Dia da Consciência Negra no Brasil.

Eu falava dos cinco milhões e quinhentos mil africanos que foram capturados na África e trazidos para o Brasil, dos quais 4.800 estima-se que chegaram. 700 mil, portanto, morreram a caminho e sequer chegaram, porque foram descartados, muito provavelmente no mar, como se fossem coisas, como se fossem bichos. Aliás, a noção que se tinha do africano escravizado, o mesmo caráter jurídico de um animal de tração, cuja força de trabalho seria explorada por quem o adquirisse.

E este país imenso, hoje com mais de 200 milhões de habitantes, sendo que 101 milhões de habitantes são autodeclarados negros e pardos, ou seja, a maioria da população brasileira é composta por negros, embora o estado brasileiro historicamente tenha tentado mudar essa tendência e essa realidade.

Eu falei que o estado brasileiro pretendia "branquear a pele do povo brasileiro", e isso foi tese inclusive defendida por autoridades brasileiras, em congressos mundiais, dizendo que em 100 anos, para quem estava em 1911, o Brasil seria um país sem negros e com raros pardos.

Isso é um absurdo em todos os sentidos da palavra. Mas indica uma política do estado brasileiro, ao longo da história, no sentido de buscar evitar que o Brasil se constituísse numa nação de maioria negra, de origem africana. Essas não foram medidas ou intenções que hoje são consideradas crimes no Brasil, desde a Constituição de 1988, meramente ideológicas, racistas e preconceituosas, como se isso não bastasse para ter sido veementemente combatido. Essa vontade do estado brasileiro, ao longo da sua

história, foi também uma vontade que se expressou por medida do governo, por medida de estado, na própria legislação, com o objetivo de reprimir, do ponto de vista econômico, a possibilidade dos ex-escravos, dos escravos que se tornaram livres, terem as condições econômicas, portanto, sociais, políticas e culturais, de terem um livre desenvolvimento no nosso país.

Eu citava e quero citar melhor a primeira Lei de Terra, de 1850, que foi criada pelo estado, pelo governo, por seu Congresso Nacional, ainda no Império, para evitar que os negros se tornassem proprietários de terra.

Até então não existia propriedade privada da terra no Brasil. Aliás, para quem pensa que eu estou falando um absurdo, há países vizinhos ao Brasil tão capitalistas quanto o Brasil, por isso cito a Argentina, onde não existe a propriedade da terra. A terra é patrimônio comum da nação, do povo. As pessoas têm o direito de posse do usufruto da terra.

É assim em vários países do mundo, e no Brasil também era até 1850. Por que no Brasil isso foi mudado? Porque como no Brasil havia uma maioria de escravos que pouco a pouco estavam se tornando libertos, se não se criasse uma lei não haveria a possibilidade de esses ex-escravos tornarem-se proprietários a partir da posse da terra, que aliás, através dos quilombos, a posse eles já estavam tomando.

Então, foi criada a lei de terras para dizer que é preciso pagar pela terra, que o estado que vende, repassa a uma colonizadora o direito de vender e vai adquiri-la quem tiver condições de pagá-la.

Ao mesmo tempo, o Brasil incentivou, de forma mais intensiva, a migração de europeus para o Brasil. A partir da segunda metade do século XIX, esse trabalho foi intensificado, prometendo e garantindo para esses imigrantes, para esses europeus a possibilidade do acesso a terra no Brasil. E as colonizadoras o fizeram.

Embora não tenham cumprido todas as promessas que fizeram para os alemães, italianos, poloneses,

ucranianos que vieram para o Brasil a partir, principalmente, da segunda metade do século XIX, é preciso dizer que os negros brasileiros, os ex-escravos brasileiros, os filhos de escravos já nascidos libertos no Brasil jamais tiveram direito parecido. Pelo contrário, como já disse, foram criadas leis justamente para impedir que eles tomassem a posse da terra.

Esta é uma questão que nós, sulinos, precisamos refletir. Nós, aqui do sul, que talvez tenhamos uma parcela significativa ou até majoritária de brancos, de pessoas de origem europeia, precisamos refletir, porque essa não é a realidade da maioria do Brasil. E a maioria dos territórios brasileiros não foi conquistada desta forma, ou seja, com esse conjunto de incentivos que o estado ofereceu.

Repito: as promessas feitas aos imigrantes europeus no século XIX, na maioria, também não foram cumpridas. No entanto, os ex-escravos não tiveram direito sequer parecido com isso. Pelo contrário, a legislação buscou impedi-los do acesso a terra e, portanto, do acesso ao meio de sobrevivência, ao meio de subsistência e ao meio de produção.

Isso precisa ser registrado, porque temos um país deste tamanho, um país com todo este território, um país que vai até a Cordilheira dos Andes e se alarga ao norte numa distância muito maior em termos de latitude. Isso foi construído, isso foi conquistado principalmente pela força de trabalho escravo em quase 400 anos de escravidão.

Os nordestinos, também muitos mestiços, fizeram o Brasil desta largura que tem ao norte. E nós, daqui do sul, precisamos, no mínimo, entender isso, para termos um censo de brasilidade razoável, um censo de noção de nação que precisamos ter para se pensar o futuro desta sociedade.

O Brasil tem uma enorme dívida histórica com todos os seus afrodescendentes, e isso o estado precisa refletir nos próximos anos e nas próximas décadas, com certeza.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência, com muita satisfação e orgulho, registra a presença de uma senhora com 94 anos de idade, nesta Casa, dona Eugênia Venâncio de Oliveira, lá de Porto União, que veio conhecer a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Desejamos à senhora boas-vindas em nosso Parlamento! Parabéns, seja bem-vinda, dona Eugênia Venâncio de Oliveira, que a sua idade se torne um grande testemunho para nós que estamos na peregrinação de que vale a pena fazer política, mas política com coração. A senhora veio visitar este Parlamento e com certeza poderá levar um bom exemplo desta Casa para continuar a dar testemunho de que vale a pena acreditar na política, quando ela é feita com seriedade.

Parabéns e boa estada neste Parlamento.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, sras. deputadas, é com satisfação que estamos hoje aqui falando à comunidade catarinense do importante evento realizado no planalto norte, no dia 8 de dezembro.

O planalto norte, no dia de ontem, encheu-se de energia, quando a Celesc e o governador do estado, Raimundo Colombo, juntamente com este deputado e o deputado Kennedy Nunes, estiveram inaugurando a subestação da Celesc, no município de Papanduva, uma rede de transmissão de energia elétrica, com a tensão de 138KV. Um investimento de mais de 30 milhões, que foi prometido pelo governador Luiz Henrique da Silveira. Vejam como demorou chegar a energia lá. Mas chegou.

Estamos gratos ao governador do estado, Raimundo Colombo, que esteve lá ontem e prestou contas, ao planalto norte, de suas ações, do seu trabalho, enfim, Raimundo Colombo cumpriu com os agricultores, cumpriu com os trabalhadores, cumpriu com os habitantes do planalto norte.

Também tivemos a promessa de que em seis meses, no município de Irineópolis, deverá estar pronta a outra subestação de energia elétrica, fazendo com que os grandes municípios beneficiados, Porto União, Irineópolis e Canoinhas, também tenham uma estabilidade em termos de energia elétrica.

A primeira premissa de um empresário para se instalar em um município chama-se energia elétrica. Muito bem, temos energia elétrica, precisamos agora que os empresários façam os seus investimentos no planalto norte, para que o crescimento e o desenvolvimento continuem acontecendo na nossa região.

A nossa região é, sem dúvida nenhuma, uma região menos solicitada do que, por exemplo, a região do litoral. O litoral do estado de Santa Catarina, Joinville, Araquari, São Francisco, Itapoá, Barra Velha, Barra do Sul, Piçarras, Itajaí, Navegantes, Blumenau, são municípios em grande ascensão econômica, alto desenvolvimento, porque ocupam o corredor de exportação desses três ou quatro importantes portos do estado de Santa Catarina, fazendo com que os investimentos se concentrem no litoral. Por isso, a importância de termos uma linha de ICMS diferenciada no Planalto Norte. Isso se faz necessário, porque atitudes tomadas pelo governo já deram resultados em outras regiões. Então, o planalto norte realmente precisa desse incentivo.

Acima de tudo, no dia de ontem, também queremos agradecer ao governador Raimundo Colombo pela coragem, determinação e pelo investimento realizado no planalto norte. Temos outras obras a serem inauguradas, como rodovias, também rodovias que estão sendo iniciadas, como é o caso da SC-477, que nos deixa altamente esperançosos de que o Planalto Norte mude o seu viés de comunicação, mude o seu viés de transporte para a capital, Florianópolis, passando por Blumenau, Itaiópolis, Papanduva, pela cidade de Mafra, enfim, são municípios que devem ter no seu bojo o direcionamento do escoamento da produção agrícola,

através dessas rodovias que estão sendo construídas.

Acreditamos que vamos encurtar 100 quilômetros de distância quando houver essa união do planalto norte com o vale do Itajaí. Temos a certeza de que essa grande comunicação que precisa ser concluída, que é a SC-477, do trecho Dr. Pedrinho/Moema, vai acontecer.

Mas também gostaria de dizer a todos que o governo Raimundo Colombo e Pinho Moreira terminam o governo inaugurando, no Planalto Norte, várias obras, entre elas a rodovia na cidade de Rio Negrinho, a Estrada da Volta Grande.

Agradecemos a presença dos prefeitos, principalmente do prefeito de Canoinhas, Beto Farias, do prefeito de Papanduva, o Tuca, que recebeu este importante investimento, e temos a certeza de que representaram vários prefeitos da região que lá estiveram presentes.

Portanto, agradecemos a presença da comunidade, dos funcionários da Celesc, enfim, toda a comunidade que lá esteve e que saiu satisfeita com essas ações.

Nós temos que agradecer também a sanção pelo governador do estado da Lei n. 123/2014, que denomina Edison Luiz Hoffmann a Sede da Associação Catarinense de Deficientes, no município de Canoinhas. Também em Canoinhas o governo do estado construiu a Sede dos Deficientes Físicos. Isso mostra a preocupação do governo com as pessoas que mais necessitam de ajuda, com aquelas pessoas que, por ironia do destino, tiveram complicações em suas vidas e são diferentes, portanto, têm que ter tratamento diferenciado.

Essa Casa tem que se preocupar também com os surdos e mudos. Inclusive, temos um projeto tramitando na Casa, mais precisamente na comissão de Saúde. E estamos aqui pedindo para agilizarmos esse projeto, que já há um ano está parado na referida comissão, que ele seja colocado na pauta para votação ainda este ano, para podermos beneficiar os surdos, no sentido de que tenham os

mesmos direitos que as Apaes, pois eles também têm seus problemas.

Portanto, as associações que têm vínculos com surdos e mudos devem se manifestar para que esse projeto seja aprovado ainda este ano. É um projeto importante no sentido de que tenhamos a igualdade entre aqueles que precisam de ajuda no nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, ontem tivemos uma reunião com o governador, logo após ele ter vindo da inauguração da subestação, lá no município de Papanduvas. Sentimos a preocupação com os projetos para Santa Catarina, para com as dificuldades da própria legislação e os cuidados para que as ações dos agentes públicos sejam as mais transparentes possíveis.

A Lei das Licitações n. 8666, que foi criada com o objetivo de resguardar o patrimônio público, tem na verdade trazido para a população, para o administrador, uma série de dificuldades. Essas dificuldades têm sido criadas para burlar a aplicação dos recursos públicos. Inclusive, estamos com todos esses escândalos no país com relação ao favorecimento de empresas.

É difícil, hoje, haver uma empresa que participe de uma licitação em que seu proprietário não seja também sócio e proprietário de no mínimo mais duas empresas. Com isso ocorrem licitações em que o requisito legal da presença de três empresas disputando a obra venha a ser preenchido e na verdade, por trás de tudo, acaba havendo um conluio.

A sociedade brasileira está cobrando uma mudança de postura da administração pública e da classe política como um todo. E nós deputados, vereadores, prefeitos, governadores, senadores e a Presidência da República chegamos a um momento em que precisamos encontrar uma saída para dar aquilo que a sociedade está esperando, ou teremos a continuação desses movimentos sociais na cobrança sempre de alguma coisa.

Muitas vezes as pessoas são chamadas a participar de algum movimento. Elas até desconhecem qual é a reivindicação, mas sabem que querem uma administração diferente, um governo diferente, que os recursos públicos sejam aplicados com mais transparência. A sociedade cobra e temos que dar essa resposta.

Se analisarmos a vida dos brasileiros, vamos verificar que a situação melhorou. Ainda temos muitas questões a evoluir, principalmente na área social. Mas se olharmos, a grande maioria da população melhorou a sua vida, saiu do aluguel e está pagando a sua casa própria, tem seu próprio veículo. Se andarmos pela cidade e também pelo interior, essa mudança é visível. Mas apesar de tudo isso há um descontentamento, um sentimento de que as coisas não estão correndo como deveriam.

Muitas vezes a pessoa nem sabe o que está errado, mas entende que alguma coisa está errada. E através de leis ou da desburocratização teremos que encontrar as soluções para as questões mais simples, como a mobilidade urbana, para as questões mais complexas, como a situação ainda de pessoas que vivem em miséria neste país. Alguma resposta tem que ser dada para essa indignação da sociedade, que hoje é clara, para com a classe política.

Precisamos de mudanças de postura e de comportamento, de novos projetos e principalmente de transparência e rapidez na aplicação dos recursos públicos, encontrando uma forma de desburocratizar a legislação.

Mas pelas dificuldades criadas pela própria legislação, hoje muitos se valem dessas dificuldades para obter vantagens para fraudar a

lei, para dificultar efetivamente a aplicação de recursos públicos. E temos visto isso em algumas obras, eis que, muitas vezes, a empresa que está conduzindo aquela obra abandona, quebra ou mostra desinteresse. E há dificuldade, por exemplo, para que o estado, o município, a união prossequirem, para rescindir aquele contrato e para fazer com que aquela obra retome as suas atividades.

Verificamos vários casos: a BR-282, em Xanxerê, foi um caso claro desses. Ou seja, uma obra importante, uma obra que tinha os recursos definidos, mas a empresa que estava fazendo veio a falir e aquela obra ficou mais de dois anos parada, até que o processo de desabilitar a empresa ganhadora e habilitar outra empresa pudesse ser resolvido.

Então, a classe política tem que encontrar soluções, encontrar respostas para esse anseio da população, no sentido de que as coisas mudem.

Digo isso porque vimos a busca do governador Raimundo Colombo por soluções, para fazer com que as obras saiam com agilidade, para que tudo seja mais rápido. Mas existem dificuldades que o administrador, seja estadual, seja municipal, seja federal, vem enfrentando. Então, não sabemos, não temos uma resposta pronta, mas temos que buscar essa resposta. Não pode ser na ilusão, na pregação fantasiosa, mas dentro da realidade, dentro daquilo que a sociedade busca.

Outra obra que em Balneário Camboriú é a questão da construção do centro de eventos. Quantas vezes aquela licitação já foi reeditada, lançada, suspensa, por questões judiciais, por questões de mudança do projeto! E isso cria um clima de frustração em toda sociedade, no cidadão que quer ver a obra acontecer, no bom político e administrador que tem pressa, que tem vontade, realmente, de atender às necessidades da população. E com quem vai ficar essa visão desse descrédito? Com a classe política, com aquele que está administrando.

Então, este é um momento de reflexão para os legisladores, para a classe política, para a própria Justiça que na maioria dessas obras tem

que tomar decisões. Mas leis tão complexas, que criam tantas alternativas, tantas formas de recursos, acabam propiciando que a Justiça seja o meio procurado e ali se tente encontrar uma solução. E quando, administrativamente, essa solução não acontece, só resta, realmente, a via judicial.

Então, é quase que uma reflexão sobre a preocupação que temos com a legislação, com a administração pública, para que tenha um caminho novo, transparente e que atenda aos anseios da nossa sociedade.

Hoje, temos uma desconfiança, um descrédito total da população com referência à administração pública, à classe política como um todo de que está errado, deputado Mauro de Nadal, mas temos que achar qual o caminho para realmente buscar as alternativas para que a sociedade volte a ter essa confiança e ver a administração pública com confiança. Nós, classe política, temos que buscar esse resultado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. Deputadas, primeiro quero registrar aqui e fazer uma referência ao pronunciamento do colega deputado Antônio Aguiar a respeito da inauguração, na tarde de ontem, da subestação de energia elétrica em Papanduva.

De fato foi uma conquista e tanto dos parlamentares, assim como o empenho do próprio governador. Houve também o empenho do nosso presidente da Celesc, sr. Cleverson Siewert, que não mediu esforços para dar celeridade ao atendimento àquela região. O presidente da Celesc, reunido com as lideranças, com prefeitos, vereadores, entidades de classes, levou esse apelo

e essa conquista que não é apenas dos deputados, do próprio governo, mas é uma grande conquista para aquelas pessoas, para as famílias, as empresas, as pessoas que trabalham e, em especial, para quem estava no dia a dia necessitando dessa melhor qualidade de energia.

Portanto, devemos fazer esse registro, reconhecer e agradecer em nome de todos os municípios, de todas as pessoas do planalto norte catarinense que foram contemplados.

Ao passo que no dia de hoje, deputado Valmir Comin, fiz a Indicação de n. 491, que trata do assunto rodovias. A nossa rodovia agora com o número SC-418, que vai de Joinville passando pelo distrito de Pirabeiraba, subindo a serra Dona Francisca, a Campo Alegre, São Bento do Sul, ela vem sendo muito castigada pelo excesso de veículos, pelo excesso de peso constante, uma vez que essa rodovia foi projetada para um número de veículos que não comporta o que ela está suportando nos dias de hoje. Se não fosse uma rodovia bem construída, certamente que já não existiria mais ou não estaria nas condições atuais de trafegabilidade.

Então, o que nós precisamos urgentemente, por isso que estamos fazendo essa indicação e apelo ao secretário da Infraestrutura, ao governo do estado, é de uma limpeza, principalmente na serra Dona Francisca, às margens da rodovia. As matas que agora no período de verão crescem com mais velocidade em função do calor e das chuvas deixam praticamente as placas de sinalização comprometidas na sua visibilidade por conta da falta de manutenção. E as calhas que acolhem as águas vindas das encostas na grande maioria estão obstruídas pela própria vegetação.

Além disso, houve algumas quedas de grandes pedras que vieram das encostas e que estão praticamente comprometendo parte da pista. E já faz muitos dias que isso está acontecendo. Portanto, há uma necessidade urgente de se fazer esses repasses, levando em consideração que estamos nos aproximando da temporada, quando

aumenta o fluxo de veículos, enfim do grande atrativo que é a própria serra.

O litoral é procurado através das praias, e aumenta muito o número de veículos no período de dezembro, janeiro e fevereiro; então, é preciso lembrar que quanto mais veículos mais risco de acidentes. Portanto, a segurança é primordial para evitar acidentes, muitas vezes até fatais.

A nossa serra Dona Francisca, além de ser uma das mais belas não só de Santa Catarina, mas do Brasil, tem uma constituição sinuosa por si, tem um trecho, principalmente quando se inicia a aclividade, uma curva muito acentuada, onde toda semana praticamente ocorre um acidente.

Não formalizei esse assunto, mas pretendo formalizar também com uma sugestão, com uma indicação, para que o estado providencie nos moldes do que foi feito na serra de Joinville a Curitiba, ou seja, uma fuga principalmente para os caminhões que perdem o controle e capotam, tombam, tem congestionamento, inclusive com vítimas fatais.

Enfim, o fato é que precisamos criar algumas alternativas. Está bem sinalizada? Está. Estão recomendando o uso de freio-motor, recomendando a redução de velocidade, mas mesmo assim, para quem não conhece, chega ali, quando pensa que vai segurar o veículo no freio, não segura mais, e o acidente é inevitável.

Portanto, é um assunto que vamos tratar mais a frente, mas quero deixar aqui esse registro para que se faça um projeto para que possam ser reduzidos os acidentes. Evidentemente que sabemos que está sinalizado, mas a limpeza, a manutenção, são indispensáveis.

Ora, se temos uma placa e pedimos para reduzir a velocidade e não respeitamos ou os outros não respeitam, algo de errado está se cometendo. Infelizmente, no Brasil, as placas de sinalização que recomendam a redução de velocidade na grande maioria não são respeitadas. Mas se lá está sendo sinalizada, se estão recomendando para que seja controlada a velocidade é porque há necessidade desse controle.

Portanto, quando não tem outro mecanismo que não seja aquele de orientar, de pedir, quando não há um respeito por isso, então tem que criar algumas alternativas, muitas vezes obstáculos, e sou contra, mas até as lombadas têm sido um instrumento para conter muitas vezes a falta de respeito à própria sinalização.

Sr. presidente, quero deixar esse nosso apelo para que na serra Dona Francisca se dê uma atenção especial.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero cumprimentar o sr. presidente, também os srs. deputados, as sras. deputadas, dizer da alegria e satisfação que tivemos neste final de semana, participando da inauguração de uma importante obra no município de Pinhalzinho, obra em parceria com o governo do estado de Santa Catarina. Nós conseguimos essa parceria, e graças ao trabalho muito bom do prefeito Fabiano da Luz e do vice-prefeito Ladir Cassol, conseguimos levar asfalto para o interior do município.

Na região de Pinhalzinho vários municípios se associaram com o intuito de criarem um consórcio, e com isso adquiriram equipamentos que permitem que se faça todo o asfalto com custo bem inferior aos preços praticados no mercado e com uma qualidade incomparável. Vejam que com R\$ 140 mil que foram encaminhados pelo governo do estado, mais uma contrapartida do município, foram feitos aproximadamente quatro quilômetros de asfalto para o interior do município. Isso é levar qualidade de vida e oportunidade para quem vive no interior dos pequenos municípios.

Há pouco tempo só víamos obras dessa natureza acontecendo nas regiões das grandes hidrelétricas. E agora se percebe que essas parcerias e

comprometimento com projetos de futuro com nossos administradores municipais estão conseguindo fazer com que essa realidade se torne presente também nos municípios de Santa Catarina.

Então, quero parabenizar o nosso prefeito, o vice-prefeito, os vereadores e a comunidade de Pinhalzinho por essa opção, por dedicar a esse projeto as suas prioridades de investimento. E fico feliz por ver também o governo do estado participando.

E nessa linha, sempre buscando uma boa mobilidade, deputada Luciane Carminatti, eu fiz uma indicação, na semana passada, neste Parlamento, solicitando ao comando-geral da Polícia Militar de Santa Catarina que coloque, principalmente nos horários de pico, nas duas cabeceiras da Ponte Colombo Salles, um guincho, principalmente no horário das 7h30 às 9h e das 17h às 19h30, período em que há maior concentração de veículos na ponte, e acidentes acontecem. Sendo que quando acontece um acidente se percebe que as filas chegam quase próximas do aeroporto, devido à demora, até que cheguem todos os meios necessários para fazer bom levantamento e rápido, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que também faz parte do quadro da Polícia Militar do nosso estado sabe que nesses momentos se precisa trabalhar com agilidade, principalmente onde há um ponto de estrangulamento, que é a ponte que faz a travessia do continente à ilha de Santa Catarina.

Eu vejo que esse serviço não é muito difícil de ser disponibilizado pelo governo catarinense e que vai ajudar e muito a mobilidade nessa região, porque os acidentes têm acontecido diariamente nessa área. E nos chuva se intensifica mais as ocorrências, daí a importância em se ter agilidade no processo do levantamento e da retirada dos veículos envolvidos em acidentes. Ainda mais agora que vamos entrar no período do verão, em que o turista estará acessando a ilha de Santa Catarina, pelas belezas naturais que a ilha oferece, mas acima de tudo pela infraestrutura turística que todo o nosso litoral oferece ao turista.

A ilha é o ponto mais cobiçado, e aí se percebe que neste momento o turista chega ao estado catarinense com a visão de excelência de trânsito, mas vai se deparar com algumas situações, com fatos dessa natureza, que acabam tirando o contentamento de um próximo retorno à ilha catarinense, ao nosso litoral, na busca do seu descanso merecido, no momento das suas férias.

Então, é pensando também nesse turista e no desenvolvimento turístico do nosso estado que é importante que se faça uma força tarefa permanente nesses dois pontos que acabamos de fazer essa indicação pedindo ao governo do estado atenção especial.

Outro fato, sr. presidente e srs. deputados, é que estamos encaminhando na Casa uma moção contrária à Resolução n. 429/2012, que foi adotada pelo contra. Estamos sendo comunicados pela imprensa e, principalmente, pela internet, em virtude de que não foi possível, na semana retrasada, a derrubada do veto a um projeto lá em Brasília que desobrigava os agricultores de realizar o emplacamento das máquinas a partir do ano que vem. E como este projeto não vingou em Brasília, nós estamos, através de uma moção, pedindo à presidente Dilma Rousseff que revogue esta resolução, porque ela vai trazer transtornos enormes para a cadeia produtiva agrícola, não somente do nosso estado, como de todo o país.

Em Santa Catarina, há algumas legislações que ainda oferecem um pouco de segurança em algumas situações para os agricultores, a exemplo do IPVA. Mas há estados em nossa Federação em que serão cobradas todas as taxas, e aí não será somente o emplacamento que, através desta resolução, os estados estarão habilitados a fazer a cobrança. Será cobrado o IPVA e será cobrada uma taxa anual que hoje figura na casa dos 3%.

Fazendo um cálculo bem rápido do que significa isso no bolso de quem está adquirindo uma máquina dessa natureza, vamos perceber que uma colheitadeira que está sendo oferecida por vários meios de incentivo do governo federal para a compra com juros bem subsidiados, ficará em torno

de R\$ 700 mil. E com somente mais o IPVA, ficará a uma taxa anual de R\$ 21 mil. E com mais o emplacamento, mais as taxas estaduais, nós percebemos que isso vai onerar bastante a cadeia produtiva. E em consequência todo mundo sabe que esse preço não acaba somente sendo suportado por quem está produzindo. Quem vai pagar, na verdade, a conta de tudo isso será aquele que irá consumir o produto que é fruto da nossa agricultura, deputado Maurício Eskudlark.

Então, a nossa preocupação é permitir que essa cadeia produtiva consiga dar continuidade a esse modelo de produção de alimentos no país com os incentivos do Brasil, que não são poucos os incentivos que temos voltado ao nosso agricultor. Só que a edição dessa obrigatoriedade do emplacamento não está sendo bem recebida por cooperativas, por sindicatos e até mesmo pelos agricultores, porque nunca se imaginou que nós iríamos tributar uma máquina que serve para o desenvolvimento da sua atividade agrícola. Seria a mesma coisa que se ao começarmos a tributar uma máquina estritamente necessária para o desenvolvimento de uma indústria colocarmos lá o emplacamento dessa máquina, porque a grande maioria, e aí é só exceção, vai utilizar as BRs, as SCs para locomoção. Elas se deslocam basicamente dentro da sua propriedade para a realização de um trabalho interno da propriedade do agricultor. E aí percebemos que existe uma projeção. Vocês vejam bem o quanto isso vai significar em arrecadação para o nosso país.

Para 2015, está sendo projetada uma comercialização somente de tratores em torno de 58.000 unidades na nossa Federação. A média de um trator gira em torno de R\$ 140 mil a R\$ 150 mil. E se for colocado somente o imposto previsto no IPVA vamos chegar a uma arrecadação de mais de R\$ 8.5 bilhões em apenas em um ano. É muita tributação. Em algum lugar esse preço vai ser embutido, e vejo que será embutido no produto final. Isso prejudica a competitividade e prejudica várias cadeias que se interlaçam no desenvolvimento da cadeia

produtiva agrícola que vai sentir as dificuldades de poder dar continuidade ao modelo.

Assim sendo, deixamos o nosso apelo e a nossa solicitação para que os deputados que comungarem com a nossa intenção endossem esta moção que será encaminhada à presidente da República e que somem forças neste objetivo, porque estaremos fortalecendo a agricultura brasileira.

Nós vamos participar, na próxima sexta-feira, de um importante ato que vai acontecer no município de Xaxim, que foi promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, justamente no início de uma mobilização que deve envolver todo o estado de Santa Catarina, que conta com o aval e o respaldo também da Fetaesc, com o objetivo de encaminhar documentos, pauta com assinaturas de agricultores filiados e não filiados aos sindicatos, com o objetivo de fazer com que a Resolução n. 429/2012 seja revogada e restabeleçamos o modelo que temos hoje que facilita a compra e a melhoria dos investimentos por parte dos agricultores nas suas propriedades.

Hoje vemos que o pequeno agricultor em Santa Catarina na busca de meios adequados para poder competir no mercado acabou conquistando uma frota de maquinários para trabalhar, ou seja, melhorou todos os seus equipamentos e máquinas para permitir que conseguisse competir no mercado com produtos de qualidade, com uma safra condizente com o tamanho de sua propriedade. Vemos que a pequena propriedade rural tem conseguido se estabelecer com suas marcas, tem conseguido marcas muito positivas e, acima de tudo, tem gerado muita esperança para quem vive no interior e nessas pequenas propriedades rurais.

Então, vejo que todo o trabalho, toda a mobilização que for com o objetivo de melhorar, ajudar a vida desses agricultores, são movimentações positivas em defesa da cadeia produtiva do nosso país.

Seria isso, sr. presidente!

Muito obrigado pela oportunidade.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação, deputado Mauro de Nadal, em nome do PMDB, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

O deputado Marcos Vieira, como líder do partido, concede ao deputado Antônio Aguiar, do PMDB, o direito de fazer uso da palavra, sustentado pelo Regimento Interno.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, quero manifestar o agradecimento ao PSDB, em nome do deputado Marcos Vieira, que nos cede o espaço gentilmente.

Eu quero, em nome da Presidência da comissão da Educação, Cultura e Desporto, primeiro, agradecer aos meus pares, à deputada vice-presidente Luciane Carminatti, ao deputado Carlos Chiodini, ao deputado Ismael dos Santos, ao deputado Sargento Amauri Soares, ao deputado Serafim Venzon e ao deputado Silvio Dreveck. Esses deputados formaram a comissão da Educação, Cultura e Desporto. Os nossos agradecimentos pelo trabalho de v.exas. durante este ano. E estamos aqui mostrando uma cartilha dos projetos de lei que foram discutidos, das audiências públicas realizadas pelos deputados nas suas respectivas regiões.

Temos certeza de que este breve registro sobre o Relatório Anual de 2014, da comissão de Educação, Cultura e Desporto, que estamos entregando a todos os senhores refere-se à prestação de contas com transparência de nossas atividades.

Foi a primeira comissão instalada este ano. Fizemos diversas audiências públicas importantes. E como presidente da comissão, queremos agradecer também ao ex-deputado Dado Cherem que durante boa parte deste ano conviveu conosco e, hoje, é conselheiro do Tribunal de Contas.

Agradecemos também aos servidores que nos assessoram: Cimaclar Ticiani, Clóvis Silva, Daniel Monteiro Maurício, Mabel da Silva, Manoel Silva

Neto, Meibel Parmeggiani, Roberto Dirschnabel e o estagiário Bruno Remor.

Quero dizer aos srs. deputados que essa equipe foi a que fez o funcionamento da comissão de Educação, Cultura e Desporto, e o nosso trabalho está compilado numa pequena apostila de seis folhas, relatando os principais projetos e as principais ações da comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Era o que tínhamos a relatar, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra, a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados que acompanham esta sessão e todos que nos assistem pela TVAL.

Hoje, dia 09 de dezembro, é o Dia Internacional de Combate à Corrupção, deputado Antônio Aguiar. Em pesquisa realizada recentemente, 42% dos brasileiros consideram o governo da presidente Dilma ótimo ou bom, 33% regular, 24% ruim ou péssimo.

Para 40% dos brasileiros nunca houve tanta punição aos corruptos como hoje, e 46%, portanto quase a metade do povo brasileiro, diz que o atual governo é o que mais investigou os crimes de corrupção. Trazendo tão somente, neste momento, as operações da Polícia Federal, mais de 1.200 operações com extrema autonomia e, dessas operações, todas com apreensão de bens, de empresários, de servidores, de políticos envolvidos em crimes que lesam o patrimônio público.

O que tem a ver o dia 09 de dezembro, que é o Dia Internacional de Combate à Corrupção, com o dia de amanhã, que é o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos? E aqui o

deputado que me antecedeu falou de um dos direitos fundamentais, que é o direito à educação. Tem tudo a ver. E é por isso que o tema da corrupção precisa ser tratado com muita seriedade. E cabe a todos os gestores públicos enfrentar esse debate, ter uma postura correta, íntegra e coragem para cortar na carne, como diz a nossa presidenta, doa a quem doer.

Quero dizer que amanhã, então, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, nós temos também uma grande revelação. A Pesquisa Datafolha, divulgada no dia 08 de dezembro, com base num levantamento feito no dia 02 e 03 de dezembro deste ano, afirma que 66% dos brasileiros entendem que a democracia é o melhor regime para se viver.

Essa pesquisa revela o maior índice já medido pelo Datafolha. Nunca a população brasileira, na história de levantamentos feitos por esta pesquisa, revelou tamanha valorização ao regime democrático. Apenas 15% dos brasileiros disseram não se importar se esse regime é democrático ou ditatorial, 12% disseram que depende da ocasião. Mas volto a dizer, 66%, deputado Sargento Amauri Soares, afirmam que a democracia é o melhor regime.

Então, quero também trazer outro elemento fundamental, que é o papel da educação na compreensão da importância do regime democrático. Para quem cursou até o ensino fundamental, 57% defendem a democracia e 19% dizem que não se importam qual é o regime. Para quem cursou o ensino superior, 80% defendem a democracia, deputado Mauro de Nadal, ou seja, a educação faz as pessoas compreenderem que a melhor forma de conviver em sociedade é participando, é elegendo os seus representantes, mas controlando socialmente esta sociedade, não permitindo que aquele modelo da ditadura militar volte aonde alguns, em nome de uma falsa democracia e governabilidade, decidem quem tem direito à vida, quem tem direito a falar e a dizer o que pensa.

Então, 80% dos brasileiros defendem a democracia. E amanhã, dia 10, juntamente no dia em que comemoramos internacionalmente o Dia dos

Direitos Humanos, encerram-se os dois anos de trabalho da comissão Nacional da Verdade.

Vejam bem, passamos por um período de ditadura militar sangrento, construímos um processo democrático, lutamos pelas eleições diretas, estamos agora num período de amadurecimento da nossa democracia, amanhã se encerra os trabalhos da comissão Nacional da verdade, passamos por um período eleitoral, e ainda no Brasil existe um grupo pequeno defendendo a volta da ditadura militar. Mas que bom que os brasileiros, na sua grande maioria, compreendem que a volta da ditadura é a volta da corrupção escondida, é a volta da concentração da renda, é a volta do controle do pensamento, das ideias, das manifestações, é a volta da elitização dos direitos sociais.

Amanhã, nos dois anos do encerramento dos trabalhos da comissão Nacional da Verdade, o relatório que deverá ser apresentado vai mostrar como criminosos 400 militares que violaram os direitos humanos. Nós temos em torno de 400 vítimas e 400 autores desses crimes que serão denunciados, dentre eles alguns presidentes que passaram na história oficial como não conivente com a ditadura. E agora os trabalhos da comissão Nacional da Verdade revelam que os ex-presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Ernesto Geisel também sabiam das torturas que eram praticadas no Brasil. Foram 400 vítimas e 400 agentes do estado envolvidos no extermínio e na tortura.

Que bom que hoje o Brasil caminha para a consolidação de um regime democrático, que cada vez mais precisa ser aperfeiçoado. Temos aí todo o debate pós-eleitoral da política nacional de participação social, que vem justamente nesse contexto de democratização do país e de fortalecimento das estruturas democráticas. É uma pena que uma parte do Congresso Nacional, extremamente conservadora, fez de tudo e rejeitou esse decreto da presidenta Dilma, que nos seus 22 artigos buscava nada mais nada menos, através da lei, estimular e fortalecer a participação social,

através das comissões, dos conselhos e das pessoas individualmente.

Eu sempre digo que, quando um governo escuta, acerta mais, gasta menos e produz mais resultados qualificados.

Então, quero deixar, em nome do Partido dos Trabalhadores, a nossa mensagem de luta permanente, incansável, pela democracia.

Quero registrar que minha filha de 13 anos, que já concluiu os estudos numa escola pública de Chapecó, está me visitando, a Julia Fernanda. Seja bem-vinda.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSol.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, outro assunto que não poderá deixar terminar o ano legislativo sem falar um pouco é a questão que envolve a conjuntura no Oriente Médio, no norte da África, nos últimos anos e especialmente nas últimas semanas. Percebemos que agora o ocidente e os principais meios de comunicação e formadores de opinião, desses que têm vasto espaço nas grandes mídias para difundir uma ideia, veem-se espantados e aterrorizados com o nível de violência do chamado estado islâmico no Oriente Médio.

É preciso dizer, e a minha fala é justamente sobre isso, que, se fosse para resumir, eu diria: a culpa é de vocês! Falta dizer que o estado islâmico só é possível justamente pela política intervencionista e belicista dos países mais poderosos do mundo naquela região. Bombardearam o Iraque do Saddam Russein. Aliás, enforcaram o

Saddam Hussein e bombardearam Bagdá, com toneladas de bombas, numa determinada tarde do ano de 2003. Bombardearam a Líbia. Financiaram e armaram todos aqueles que num momento se colocaram contrários ao então presidente Muamar Kadafi. E não apenas isso. O ocidente bombardeou a Líbia de forma violenta. Falo dos Estados Unidos, Inglaterra, Itália, França. Inclusive, países que querem ser a expressão do que há de mais civilizado no mundo. Bombardearam o Iraque, a Líbia. Inclusive a casa em que estava os netos de Muamar Kadafi foi atingida por um bombardeio ocidental, de um desses países que citei, e seus netos foram mortos. Mas esta mesma grande imprensa e esse mesma opinião pública ocidental não registrou isso.

Por fim, o próprio Muamar Kadafi foi preso pelos seus adversários, armados e instruídos por esse ocidente imperialista, e foi linchado na rua como se fosse um cão sarnento. Mas não se trata de defender o Muamar Kadafi, o Saddam Hussein e nenhum outro.

Depois disso tentam isso na Síria. E, aliás, foram esses grupos de todas as naturezas, inclusive a Al Qaeda, do Bin Laden, que dizem que mataram, mas não tenho certeza, que financiaram a armada na Síria para ajudar a derrotar o governo da Síria, e não se trata também de fazer a defesa do governo da Síria, até porque é preciso analisar o que acontece num contexto e numa profundidade maior, mas se trata de constatar. Mas os grupos fundamentalistas estão construindo ou mantendo o estado islâmico em território do Iraque, em território da Síria. Abandonados por uma ausência de um poder, de um estado laico, de um estado minimamente racional, constituíram o estado islâmico. Evidentemente com armas do ocidente, com as armas produzidas nos países mais desenvolvidos da cultura ocidental e capitalista.

É preciso dizer que essa barbárie é responsabilidade de países capitalistas avançados, que têm, inclusive, como motor da sua economia a indústria bélica a produzir barbárie no mundo.

A responsabilidade é de vocês. Vocês têm criado ou recriado esse monstro chamado estado islâmico.

Então, quero dizer que nada acontece no mundo por mero acaso. Acho uma hipocrisia imensa certos formadores de opinião ficar achando um absurdo e agora, inclusive, achar que o Brasil tem que ir lá. Mas quem foi que construiu aquela realidade?

Eu conheço pouco da história da humanidade, mas sei o suficiente. Sei que no século XV havia um estado islâmico imenso, que chegou à Península Ibérica, inclusive houve enfrentamento armado com o mundo cristão, de Portugal e Espanha. E agora por interesses econômicos, por interesses imediatos, de alguns falcões da indústria automobilística dos países capitalistas mais avançados, repito, estão reconstruindo, reconstituindo a barbárie no oriente e no conjunto da África.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a mesma terá seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0353/2012.

Comunica, ainda, que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0051/2014, 0182/2014, 0222/2014, 0352/2014, 0451/2014, 0489/2014, 0560/2014, 0562/2014, 0571/2014, 0573/2014, 0605/2014, 0651/2014, 0661/2014, 0671/2014 e 0676/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0159/201.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0174/2013.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0073/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider, que dispõe sobre o serviço de voluntário no âmbito do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e a de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0113/2014, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que unifica o licenciamento ambiental para obras públicas, define prazos para o licenciamento e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Turismo e Meio Ambiente e a de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0014/2011, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que dá nova redação à alínea "h" do art. 3º da Lei n. 5.867, de 1981, que dispõe sobre subvenções sociais.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e a de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0167/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que altera dispositivo da Lei n. 12.278, de 2002, que autoriza a secretaria de estado da Educação e do Desporto a criar turmas gratuitas de pré-vestibular para alunos da rede pública.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e a de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0174/2014, de autoria da deputada Angela Albino, que institui o Dia Estadual do Kung Fu, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e a de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0188/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a criação da Semana Estadual da Dança, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e a de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0189/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a criação da semana estadual Todos Somos Pedestres - Respeite a sua Própria Preferência.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e a de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0210/2014, de autoria do deputado José Nei Ascari, que denomina Ederson Constante de Andrade o ginásio de esportes da Escola Estadual Fazenda Olinkraft, no município de Otacílio Costa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e a de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0219/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que denomina Escola de Ensino Médio Efrida Cristino da Silva a escola localizada na avenida Adolfo Konder, s/n, no município de Itajaí.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0229/2014, de autoria do deputado Serafim Venzon, que institui o Dia Estadual da Cavalgada, no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0239/2014, de autoria do deputado Paulo França, que denomina Centro Poliesportivo Adolfo Soares o ginásio de esportes

da Escola de Educação Básica Ivo D' Aquino, no município de Gaspar.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura de Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0567/2014, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que denomina Haroldo Neumann o centro de educação profissional do bairro Progresso, de Rio do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0603/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que institui a Semana Estadual de Conscientização ao Uso do Transporte Coletivo e Meios de Transportes Alternativos, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0307/2014, da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 15.542, de 2011, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de São Miguel d'Oeste.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0190/2014, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que denomina Padre Afonso Robi o Centro de Educação Profissional (CEDUP), do município de São Bento do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0270/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui o Dia Estadual de Conscientização para Prevenção em Casos de Catástrofes, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da comissão de Proteção Civil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0884, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0885, 0886, 0892, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0887, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0888, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0889, de autoria do deputado Darci de Matos; 0890, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0891, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Moção n. 104, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada ao governador do estado, apelando pelo pagamento urgente da dívida da secretaria da Saúde com os hospitais filantrópicos e particulares do estado, referente ao Projeto de Cirurgias Eletivas contratadas por meio de mutirão, no período de julho a outubro de 2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 105, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, manifestando repúdio à violência sofrida pela senadora Vanessa Grazziotin, durante seu discurso em sessão do Congresso Nacional, realizado no dia dois de dezembro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 106, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao Grupo Ghetos - Oficina de Dança de Rua, de Florianópolis, manifestando aplauso pelo trabalho artístico e de inclusão social realizado pelo grupo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 67, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações sobre o contrato de prestação de serviços com a empresa Roland Berger Strategy Consultants Ltda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 68, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações da Fatma sobre a data de publicação, em diversos meios de comunicação, do edital de audiência pública referente ao licenciamento ambiental do Estaleiro CMO Construtora e Montagem Offshore S/A, que se pretende instalar no município de São Francisco do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar, com satisfação, a presença, no plenário, do ex-deputado estadual e federal, José Carlos Vieira, que nos está fazendo uma visita nesta tarde, e do suplente de deputado federal, José Aluísio Vieira, o famoso Xuxo, que criou, juntamente com o dr. Hercílio, a maior fundação do Brasil, a Fundação Pró-Rim, que tem 600 funcionários e é pioneira em transplante de rim em Santa Catarina.

Sejam bem-vindos. A família Vieira tem uma ficha de serviços prestados à cidade de Joinville e ao estado de Santa Catarina.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Da mesma forma, esta Presidência registra a presença, nesta Casa, do ex-deputado Dionei Walter da Silva.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham, visitantes, especialmente o nosso ex-deputado José Aluísio Vieira, quero trazer para esta tribuna, no dia de hoje, um tema que foi motivo de uma amostra de uma pesquisa da empresa *DataFolha* sobre a democracia no Brasil.

Há uma turma querendo voltar aos velhos tempos dos porões, mas para esses a democracia serve somente quando estão no governo, não serve para quando estão na Oposição. Até admitem a democracia quando estão no governo, mas na Oposição não. Mas eles estão fazendo um movimento debatendo o tema

da ditadura e o *DataFolha* fez uma pesquisa. Felizmente, os dados são interessantes: o povo brasileiro nunca se identificou tanto com o regime democrático: 66% dos entrevistados disseram acreditar que a democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo. O maior índice registrado pelo levantamento.

Outro número que se destacou foi a queda daqueles que não se importam se o regime político é a democracia ou a ditadura. Neste caso, somente 15% afirmaram ter essa opinião. Já para 12% dos pesquisados, em certas circunstâncias, é melhor viver em uma ditadura do que num regime democrático.

Isto é extremamente importante e nós esperamos, e debatemos isso na sociedade brasileira e no nosso estado, que este movimento que começa e se mostra, em vários momentos, que defende a volta da ditadura...

Acompanhei pelas redes sociais muita manifestação contra esse movimento dizendo o seguinte: vamos aprofundar o conhecimento sobre a história do Brasil, da América Latina, nos momentos em que a ditadura assumiu governos em muitos países. E o que aconteceu nesses movimentos antidemocráticos ou os movimentos ditatoriais?

Esta Casa, felizmente, está acompanhando este tema, inclusive, de trazer de volta da Comissão da Verdade todo o trabalho que vem sendo feito, inclusive de um ex-deputado desta Casa, que até hoje a família não teve o direito de saber o que aconteceu, onde estão os restos mortais dele, o belo trabalho que a Comissão da Verdade, em nível nacional, vem fazendo, inclusive, sobre esse tema.

Então é importante as pessoas conhecerem a história e quanto mais conhecer a história, sem dúvida nenhuma, é extremamente positivo para que a sociedade desaprove ou aprove a democracia. Segundo informação do *Datafolha*, dos entrevistados, 66% disseram que a democracia é o melhor processo de organização da sociedade.

Esse é um dado extremamente importante que queremos ressaltar aqui, também para continuar cada vez mais a nossa luta, o nosso empenho pela

instalação e pela ampliação do processo democrático do Brasil.

É verdade, e eu acredito como muitos, que a democracia ainda está engatinhando no Brasil. Temos muito a avançar ainda para, de fato, dizer o seguinte: temos um país democrático. E essa convicção começa pela distribuição de renda, pelo acesso à educação, acesso à informação, acesso a um conjunto de políticas e de direitos que, grande parte da sociedade, ainda não tem direito até hoje.

Felizmente, nos últimos anos avançamos muito em relação aos direitos primordiais: saúde, alimentação, educação, trabalho e tantos outros. Isso faz parte da construção de um país democrático, porque um país não é plenamente democrático, especialmente quando um país tem uma concentração de renda como o nosso querido Brasil.

Então, precisamos avançar e consolidar. Trouxe essa pesquisa do *Datafolha* para registrar nesta tribuna, no dia de hoje, para refletirmos, e esta Casa quer o resultado desse processo da democracia, espaço que representa o pensamento da sociedade que cada vez mais também precisa avançar internamente e se democratizar.

Outra informação importante e que também vem junto é em relação ao crescimento da aprovação da presidente Dilma Rousseff. Na pesquisa, 42% da população brasileira consideram a atuação da presidente Dilma Rousseff como ótima ou boa, 33% consideram regular e 24%, somente, consideram ruim e péssimo.

Outro dado relevante, para 40% da população brasileira nunca houve tanta punição aos corruptos como hoje. Quero refletir isso aqui, pois em outros momentos não se apurava a corrupção como hoje, felizmente por ações concretas de leis, políticas, incentivos que foram construídos pelo presidente Lula e pela presidente Dilma Rousseff que deram essa nova condição ao Brasil de apurar. Podemos registrar, com toda segurança, que no Brasil em relação à história de grandes empresas que participaram no processo de corrupção também estão sendo punidos, presos, grandes diretores e

dirigentes de grandes empresas privadas. Isso nunca ocorria no Brasil.

Isso demonstra que estamos avançando numa perspectiva de construir cada dia mais um país que passa a limpo essas questões de desvio do dinheiro público, mas também no conjunto da sociedade tem-se o problema do não pagamento de impostos. É um conjunto de ações que não só acontece no serviço público, mas também na própria iniciativa privada.

Por isso, precisamos continuar acreditando que o Brasil vai, sim, avançar numa perspectiva de diminuir e de vencer esse grave problema que está impregnado no conjunto da sociedade, nos órgãos públicos do Brasil, que é a corrupção.

Nós, hoje pela manhã, inclusive, participamos, no Tribunal de Contas, de um seminário sobre fiscalização, acompanhamento da aplicação do dinheiro público, onde gestores municipais, estaduais e instituições estão reunidas, pois hoje é o Dia Nacional Contra a Corrupção.

Por isso, quero registrar esse tema, nesta tarde de hoje, e continuar perseguindo, contribuindo, construindo um país onde de fato os recursos públicos, os recursos da sociedade que paga os seus impostos seja aplicado novamente para as políticas públicas e para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje à noite, às 19h, para a Certificação de Responsabilidade Social.

Está encerrada a sessão.